



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

1

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 6ª VARA DO  
TRABALHO DE CAMPINA GRANDE**

Equipe de Correição: Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Francisco Carlos Firmino de Sousa, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Zirley Maria Bezerra e Adalcídio Pereira Júnior.

Jurisdição	Alagoa Nova, Alcantil, Algodão de Jandaíra, Amparo, Arara, Areal, Aroeiras, Assunção, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Camalaú, Campina Grande, Caraúbas, Caturité, Congo, Coxixola, Esperança, Fagundes, Gado Bravo, Gurjão, Itatuba, Juazeirinho, Juarez Távora, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Montadas, Monteiro, Natuba, Olivedos, Ouro Velho, Parari, Pocinhos, Prata, Puxinanã, Queimadas, Riachão do Bacamarte, Riacho de Santo Antônio, Remígio, Santa Cecília, São Domingos do Cariri, São João do Cariri, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião de Lagoa de Roça, São Sebastião do Umbuzeiro, Santo André, Serra Branca, Serra Redonda, Soledade, Sumé, Umbuzeiro e Zabelê.
Normativo de criação	Resolução Administrativa N°16/2017 e Ato TRT GP N° 146/2017
Data de instalação	08.05.2017
Período de correição	12 a 14.03.2018



Aos 12 de março de 2018, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor **WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO**, foi realizada a abertura dos trabalhos correicionais da 6ª Vara do Trabalho de Campina Grande, relativos ao período de 08.05.2017 a 11.03.2018, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 25 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 007/2018 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor foi recebido pela Ex<sup>ma</sup> Sra. Juíza Titular da Vara, Maria Lilian Leal de Souza, pela Ex<sup>ma</sup> Sra. Juíza Substituta Fixa, Adriana Lemes Fernandes Maracajá Coutinho, pelo Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos sistemas e-Gestão, Hórus e SAOPJE referentes ao período de 09.05.2017 a 28.02.2018 (10 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

## 1. ESTRUTURA FUNCIONAL

### 1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Maria Lilian Leal de Souza	26.04.2017 – ATO TRT GP Nº 146/2017

#### 1.1.1 Afastamentos de Jurisdição – Juíza Titular (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Licença trânsito	Ato TRT GP Nº 146/2017	08.05.2017 a 14.05.2017	7
Férias	Protocolo TRT Nº 16788/2016	03.07.2017 a 1º.08.2017	30
Capacitação	Protocolo TRT Nº 10998/2017	03.08.2017 a 03.08.2017	1
Capacitação	Protocolo TRT Nº 016-00082/2017	1º.09.2017 a 1º.09.2017	1
Capacitação	Protocolo TRT Nº 12403/2017	08.10.2017 a 11.10.2017	4
Ministrar palestra	Protocolo TRT Nº 14275/2017	13.10.2017 a 13.10.2017	1



Férias	Protocolo TRT Nº 11990/2017	22.01.2018 a 21.02.2018	30
<b>Total</b>			<b>74</b>

### 1.1.2 Magistrada Substituta fixa

Juíza Substituta fixa	Fixação na Unidade
Adriana Lemes Maracajá Coutinho	16.10.2017 – ATO TRT SCR 111/2017

### 1.1.3 Afastamentos de Jurisdição – Juíza Substituta fixa (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	Protocolo TRT Nº 16788/2016	20.11.2017 a 19.12.2017	30

## 1.2 Assiduidade dos Magistrados - Titular e Substitutos

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada Titular e dos Juízes Substitutos que atuaram na Vara durante o período correicionado.

## 1.3 Servidores lotados na Unidade (Fonte: CAPPE)

A 6ª Vara do Trabalho de Campina Grande conta, atualmente, com **11** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Antônio José da Paz Gomes da Silva	Analista Judiciário – Diretor de Secretaria	08.05.2017
Givanilson Alves da Silva	Exercício Provisório – Assistente IV	08.05.2017
João Ricardo Bezerra de Moraes	Técnico Judiciário – Assistente III	08.05.2017
Leonardo Vicente Alves	Técnico Judiciário – Assistente III	08.05.2017
Luiz Carlos Moreira Oliveira Júnior	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	08.05.2017
Marco Luís Brito Mioni	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	24.10.2017
Napoleão Ramos de Brito Segundo	Requisitado – Assistente IV	21.06.2017
Paula Francinete França Magalhães	Analista Judiciário – Assistente IV	08.05.2017
Rubens Augusto Barbosa Paiva	Técnico Judiciário – Assistente V	08.05.2017
Sônia Elizabete de Melo	Técnico Judiciário – Assistente IV	08.05.2017
Tadeu Gomes Confessor	Técnico Judiciário – Assistente V	08.05.2017



A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, nos Sistemas Pje-JT e SUAP, a divisão de tarefas por faixa processual, em alguns casos, por setor, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria.

## 2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados do e-Gestão, a 6ª Vara do Trabalho de Campina Grande contabilizava, em **28.02.2018**, um acervo processual de **1.501** processos:

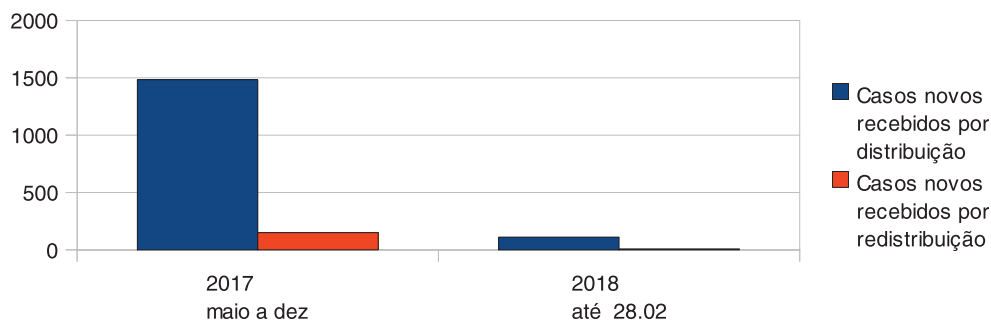
Item	Quantidade
Fase de conhecimento	982
Fase de liquidação	5
Fase de execução	482
Cartas precatórias e de ordem	32

### 2.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

#### 2.1.1 Casos novos

Item	2017 maio a dez	2018 até 28.02
Casos novos recebidos por distribuição	1.482	111
Casos novos recebidos por redistribuição	152	10
<b>TOTAL</b>	<b>1.634</b>	<b>121</b>

Desse acervo, são processos do tipo “tramitação preferencial”: de maio a dezembro de 2017, **427** e até 28.02.2018, **67** processos.

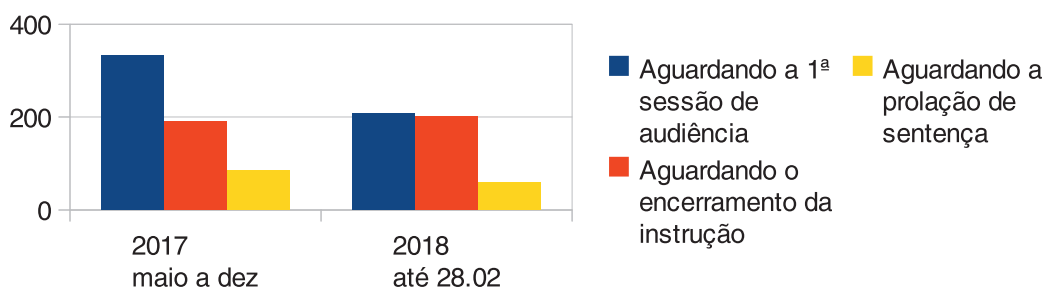




### 2.1.2 Pendentes de solução (Fonte: e-Gestão)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	2017 maio a dez	2018 até 28.02
Aguardando a 1ª sessão de audiência	333	207
Aguardando o encerramento da instrução	191	200
Aguardando a prolação de sentença	84	59
<b>Total</b>	<b>608</b>	<b>466</b>



### 2.1.3 Pendentes de finalização (Fonte: e-Gestão)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados\*, ou seja, aqueles processos que, muito embora já tenham recebido uma decisão, os cálculos ou satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de impulso processual.

Item	2017	2018 até 28.02
Fase de conhecimento	1.127	982
Fase de liquidação	1	5
Fase de execução	397	482

\*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.



Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

### 3 PRODUTIVIDADE DA UNIDADE

#### 3.1 Panorama das audiências

A Unidade realiza audiências de segunda a quinta-feira.

As últimas audiências agendadas pela Unidade foram:

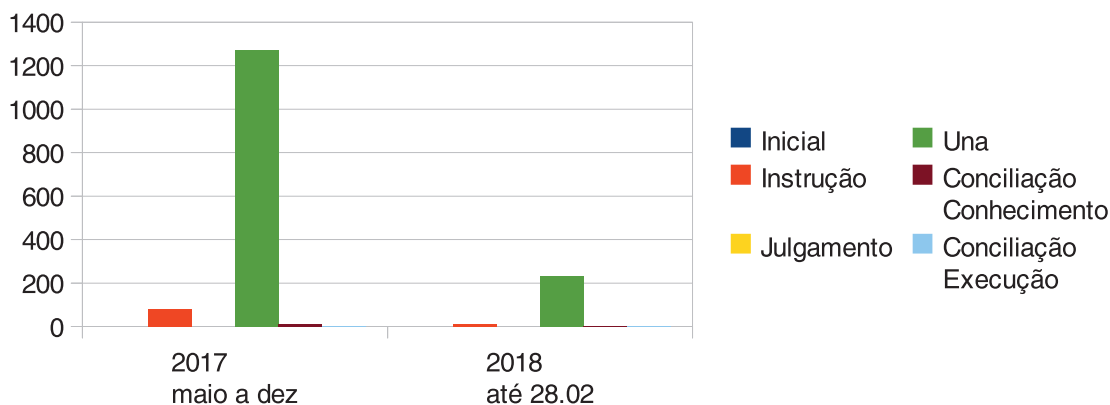
<b>Rito Sumaríssimo</b>	10.04.2018	RTSum 0000148-54.2018.5.13.0014
<b>Rito Ordinário</b>	11.04.2018	RTOrd 0000145-02.2018.5.13.0014
<b>Audiência de Instrução</b>	07.05.2018	RTSum 0001548-40.2017.5.13.0014
<b>Audiência Una</b>	23.04.2018	RTSum 0000084-44.2018.5.13.0014

##### 3.1.1 Processos aguardando inclusão em pauta:

A Unidade não apresenta pendência de processos a incluir em pauta.

##### 3.1.2 Audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

<b>Item</b>	<b>2017 maio a dez</b>	<b>2018 até 28.02</b>
Inicial	-	-
Instrução	82	12
Julgamento	-	-
Una	1.273	231
Conciliação Conhecimento	10	2
Conciliação Execução	2	2
<b>TOTAL</b>	<b>1.367</b>	<b>247</b>



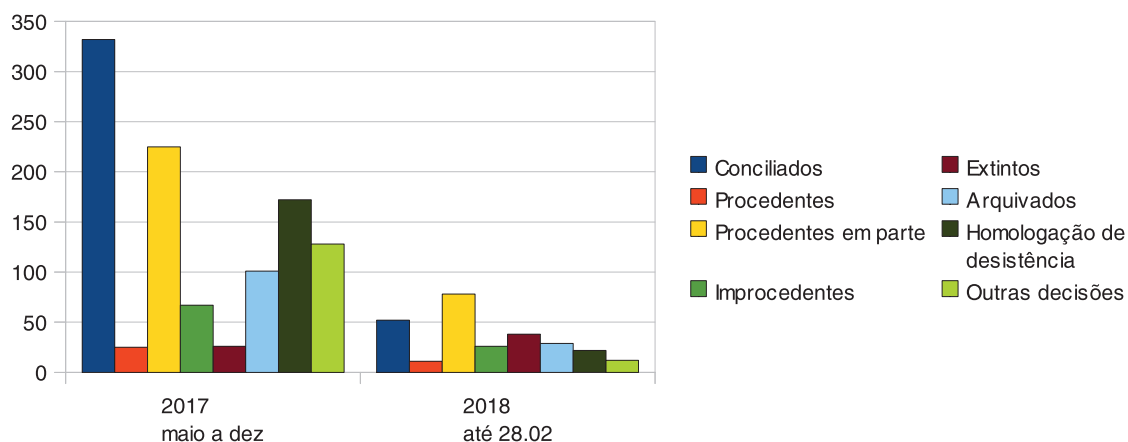
### 3.1.3 Audiências adiadas *sine die* (Fonte: Pje)

Dos processos submetidos à análise correicional, encontram-se fora de pauta:

Processo	Justificativa
RTOrd 0000769-85.2017.5.13.0014	Fora de pauta aguardando perícia
RTOrd 0000188-70.2017.5.13.0014	Fora de pauta aguardando perícia
RTOrd 0001550-80.2017.5.13.0023	Fora de pauta aguardando perícia

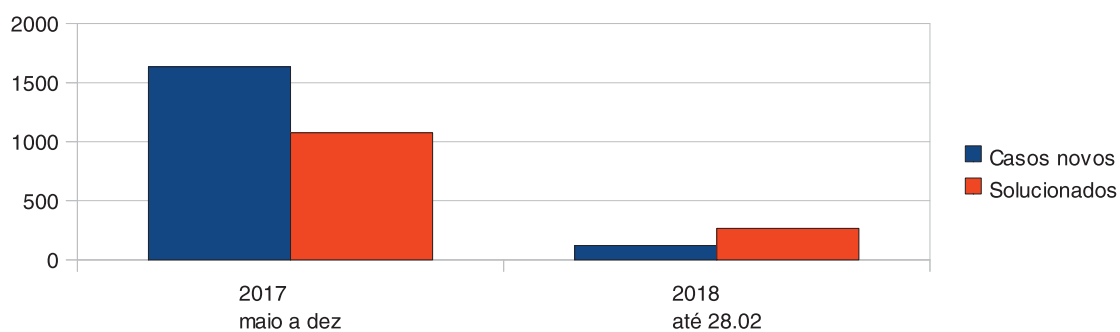
### 3.2 Solucionados na fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

Item	2017 maio a dez	2018 até 28.02
Conciliados	332	52
Procedentes	25	11
Procedentes em parte	225	78
Improcedentes	67	26
Extintos	26	38
Arquivados	101	29
Homologação de desistência	172	22
Outras decisões	128	12
<b>TOTAL</b>	<b>1.076</b>	<b>268</b>



### 3.2.1 Índice de solução x casos novos (Fonte: e-Gestão)

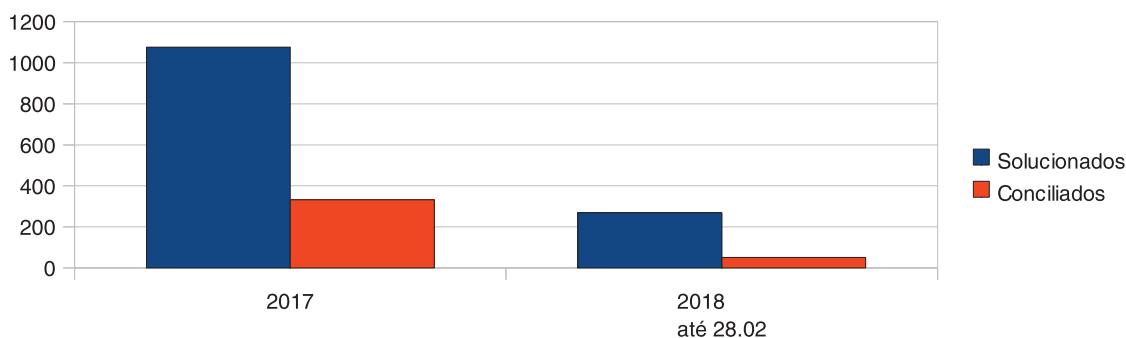
Item	2017 maio a dez	2018 até 28.02
Casos novos	1.634	121
Solucionados	1.076	268
<b>Percentual</b>	<b>65,85%</b>	<b>221,49%</b>



### 3.2.2 Índice de conciliados x solucionados (Fonte: e-Gestão)

Item	2017	2018 até 28.02
Solucionados	1.076	268
Conciliados	332	52
<b>Percentual</b>	<b>30,85%</b>	<b>19,40%</b>





### 3.3 Produtividade dos magistrados – solucionados (Fonte: e-Gestão)

Magistrados	Com exame do mérito						Sem exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	Proc. Parte	Improcedente	Extinto	Outras decisões	Arquivado	Extinto	Desistências/ Outras decisões	
<b>Maria Lillian Leal de Souza</b>	183	11	189	48	1	-	51	21	210	<b>714</b>
<b>Adriana Lemes F. Maracajá Coutinho</b> out /17a fev /18	39	6	27	15	2	-	15	8	61	<b>173</b>
<b>Alexandre Amaro Pereira</b>	31	3	25	5	3	-	24	1	11	<b>103</b>
<b>David Sérgio Coqueiro dos Santos</b>	1	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>1</b>
<b>Luiz Antônio Magalhães</b>	16	3	4	5	-	-	2	2	9	<b>41</b>
<b>Marcelo Wanderley Maia Paiva</b>	11	-	3	-	-	-	4	4	1	<b>23</b>
<b>Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira</b>	29	1	17	5	-	-	8	2	13	<b>75</b>

No período correccionado, a Juíza Titular laborou 230 dias, perfazendo uma média de produção de 3,1 processos/dia. A Juíza substituta fixa laborou 121 dias, com média de produção de 2,36 processos/dia.

Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, em razão da intermitência de atuação, não é razoável aqui se registrar uma média de produção.

**3.3.1 Incidentes julgados** (Fonte: e-Gestão)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Impugnação à sentença de liquidação	Embargos à execução	Embargos à arrematação	Exceção de pré-executividade	Total
Maria Lilian Leal de Souza	57	41	-	3	-	1	102
Adriana Lemes F. Maracajá Coutinho out 17a fev 18	48	17	-	2	-	-	67
Alexandre Amaro Pereira	1	11	-	-	-	-	12
Renata Maria Miranda Santos	-	8	-	-	-	-	8
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	1	3	-	-	-	-	4

**3.3.2 Produtividade da magistrada titular – audiências realizadas** (Fonte: e-Gestão)

<b>MARIA LILIAN LEAL DE SOUZA</b>				
<b>DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS – PERÍODO CORREICIONADO</b>				
Realizadas	Inicial		-	
	Instrução		28	
	Julgamento		-	
	Una		778	
	<b>Total</b>		<b>806</b>	
	Conciliação	Fase de conhecimento		4
		Fase de execução		1
	<b>Total de audiências realizadas</b>		<b>811</b>	

**3.3.3 Produtividade da magistrada substituta fixa – audiências realizadas** (Fonte: e-Gestão)

<b>ADRIANA LEMES FERNANDES MARACAJÁ COUTINHO</b> OUT A FEV 2018		
<b>DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS – PERÍODO CORREICIONADO</b>		
Realizadas	Inicial	-
	Instrução	39



	Julgamento		
	Una	322	
	<b>Total</b>	<b>361</b>	
	Conciliação	Fase de conhecimento	5
		Fase de execução	1
<b>Total de audiências realizadas</b>		<b>367</b>	

### 3.4 Incidentes Processuais (Fonte: e-Gestão)

Item		2017 maio a dez	2018 até 28.02
<b>Embargos de declaração</b>	Recebidos	105	38
	Baixados	74	41
	<b>Pendentes</b>	<b>30</b>	<b>26</b>
<b>Antecipação de tutela</b>	Recebidos	95	12
	Baixados	82	19
	<b>Pendentes</b>	<b>14</b>	<b>4</b>
<b>Embargos à execução</b>	Recebidos	9	3
	Baixados	10	-
	<b>Pendentes</b>	<b>5</b>	<b>7</b>
<b>Embargos à arrematação</b>	Recebidos	-	-
	Baixados	-	-
	<b>Pendentes</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Exceções de pré-executividade</b>	Baixados	2	-
	<b>Pendentes</b>	<b>1</b>	<b>-</b>
	<b>Pendentes</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

### 3.5 Recursos interpostos

PERÍODO: 1º a 28.02.2018					
Item	Novos	Recebidos	Não recebidos	Baixados	Pendentes
Recurso ordinário	73	79	1	-	<b>26</b>
Recurso adesivo	6	2	-	-	<b>9</b>
Agravo de petição	-	1	-	-	<b>3</b>
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>82</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>38</b>



Observa a Corregedoria que a Unidade exerce regular e explícito pronunciamento acerca da admissibilidade dos recursos interpostos, em total observância ao Ato TRT SCR nº 018/2016, art. 3º, XVII.

### 3.6 Fase de execução (Fonte: e-Gestão)

Item	2017 maio a dez	2018 até 28.02
Execuções pendentes	268	374
Execuções iniciadas	188	92
Recebidos de outros Órgãos	-	-
Execuções encerradas	73	10
Remetidos a outros Órgãos	1	-
Processos arquivados provisoriamente	4	-
<b>Total de processos pendentes de execução</b>	<b>374</b>	<b>456</b>

### 3.7 Cartas precatórias (Fonte: e-Gestão)

Item	2017 maio a dezembro	2018 até 28.02
Recebidas	53	6
Devolvidas	25	5
Pendentes de devolução	31	32

## 4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

### 4.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

Item	2017 maio a dez
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – rito sumaríssimo	22,75
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – exceto rito sumaríssimo	26,2
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	9,18
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	17,05



Do ajuizamento até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	29,83
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	36,73
Da conclusão até a prolação de sentença - rito sumaríssimo	10,31
Da conclusão até a prolação de sentença - exceto rito sumaríssimo	18,39
Do ajuizamento até a prolação da sentença - rito sumaríssimo	32,39
Do ajuizamento até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo	39,51

#### 4.2 Duração do processo na fase de conhecimento -TMDP1c (Fonte:Hórus)

Em consideração aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico do Tribunal (2015-2020), em especial o “Indicador 03” que mede o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento (TMDP1c - do ajuizamento da ação até a prolação da sentença), temos os seguintes números para o período de maio a dezembro de **2017**: **32** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **41** dias para o rito ordinário, apresentando um total de **39** dias para os dois ritos. O prazo praticado pela Unidade se apresenta bem abaixo da média atual das demais Unidades de 1ª instância da 13ª Região (**99** dias).

#### 4.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2017 maio a dez
Do início até o encerramento da liquidação – rito sumaríssimo	-
Do início até o encerramento da liquidação – exceto rito sumaríssimo	27,6

#### 4.4 FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2017
-------------	------



Do início até o encerramento da execução – ente privado	316,84
Do início ao encerramento da execução – ente público	250,54

Quanto ao tempo médio de duração do processo na fase de execução (TMDP1e - do início da fase até o encerramento da execução) no período de maio a dezembro de **2017**, temos: **314** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **297** dias para aqueles do rito ordinário, apresentando um total de **304** dias.

## 5 PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: e-Gestão)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2017 maio a dez	2018 até fev
Acordo	SUAP (legado)	-	-
	PJe	1.302.933,37	621.001,68
Espontâneo	SUAP (legado)	-	-
	PJe	6.518,56	3.508,22
Execução	SUAP (legado)	2.702,00	-
	PJe	92.747,45	124.988,64
<b>TOTAL</b>		<b>1.404.901,38</b>	<b>749.498,54</b>

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2017 maio a dez	2018 até fev
Custas processuais	SUAP (legado)	113,71	-
	PJe	3.574,81	3.455,71
Emolumentos	SUAP (legado)	-	-
	PJe	-	-
Contribuição previdenciária	SUAP (legado)	2.455,82	-
	PJe	20.362,02	7.711,01
Imposto de Renda	SUAP (legado)	-	-
	PJe	151,71	-
<b>TOTAL</b>		<b>26.658,07</b>	<b>11.166,72</b>
Custas processuais dispensadas	SUAP (legado)	-	-
	PJe-JT	257.598,65	88.565,32



<b>TOTAL</b>	<b>257.598,65</b>	<b>88.565,32</b>
--------------	-------------------	------------------

## 6 DE MAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO (ATO TRT SCR Nº 18 E ART. 24 DA CONSOLIDAÇÃO DOS PROVIMENTOS DA CGJT)

### 6.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	SUAP	21
	PJe	186
	<b>TOTAL</b>	<b>207</b>
INFOJUD	SUAP	-
	PJe	2
	<b>TOTAL</b>	<b>2</b>
RENAJUD	SUAP	15
	PJe	5
	<b>TOTAL</b>	<b>20</b>
BNDT	Processos com registro de dados	106
	Processos com inclusão de devedor	94
	Processos com exclusão de devedor	11
	Processos com devedores inscritos	123
	<b>TOTAL</b>	<b>334</b>

Fontes: SUAP, PJe e e-Gestão

Verificou o Desembargador Corregedor que a Unidade procede ao registro fidedigno dos principais atos processuais praticados, como liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos.

## 7 PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

### 7.1 Processos analisados

Foram analisados **101** processos, por amostragem no PJe, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 018/2016, havendo a prolação de **14** despachos correicionais no PJe e **06** no SUAP.



Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

## 7.2 Gestão do Sistema Processual

### 7.2.1 Agrupadores:

<b>Agrupador</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Processo mais antigo no agrupador</b>
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado	64	RTOrd 0001557-02.2017.5.13.0014 - entrada em 10.11.2017
Processos com pagamentos	79	RTOrd 0001180-49.2017.5.13.00 - entrada 1º.12.2018
Processos com Petições Avulsas	39	ACC 0000863-33.2017.5.13.0014 - entrada em 25.01.2018
Processos com Habilitações nos Autos Não Lidas	41	RTOrd 0001595-14.2017.5.13.0014 - entrada em 07.03.2018
Processos com petições não apreciadas	165	RTOrd 0000673-70.2017.5.13.0014 - entrada em 07.02.2018

### 7.2.2 Processos em caixas de caráter transitório:

<b>Fluxo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Processo mais antigo no fluxo</b>
Análise de Conhecimento	28	RTOrd 0000894-53.2017.5.13.0014 - entrada em 11.12.2017
Análise de Execução	168	RTSum 0130004-76.2015.5.13.0014 - entrada em 03.07.2017

Considerando que foram identificadas diversas subcaixas criadas em “Análise de Conhecimento” e “Análise de Execução”, recomenda a Corregedoria que a Unidade se abstenha de tal prática, bem assim de manter processos ali paralisados, dada a natureza transitória dos referidos fluxos.



**8 METAS DO CNJ** (Fonte: Hórus)

<b>Meta 1/2017 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no exercício anterior</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>126%</b>
Unidade Correicionada	<b>79%</b>

<b>Meta 1/2018 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>128%</b>
Unidade Correicionada	<b>285%</b>

Para efeito de controle da **Meta 1/2018** foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **50** casos novos (por distribuição) e **118** julgamentos (primeiro julgamento), atingindo o percentual de **285%**.

<b>Meta 2/2018 - Identificar e julgar, até 31/12, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 2015</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>99%</b>
Unidade Correicionada	<b>106%</b>

<b>Meta 3/2018 - Aumentar o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2014/2015 em dois pontos percentuais</b>	
IPC – Índice de processos conciliados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>52%</b>
Unidade Correicionada	<b>31%</b>

<b>Meta 5/2017 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>131%</b>
Unidade Correicionada	<b>44%</b>



<b>Meta 5/2018 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>133%</b>
Unidade Correicionada	<b>12%</b>

## 9 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 – MAPA DE CONTRIBUIÇÃO DA UNIDADE

Segundo informação da Assessoria de Gestão Estratégica deste Regional, a Unidade não participou de oficina de alinhamento estratégico realizado no Fórum Irineu Joffily Filho, para a construção dos Mapas de Contribuição das Varas, em razão da transferência da Vara de Monteiro para Campina Grande, razão pela qual não foi viável a elaboração do mencionado Mapa.

## 10 IGEST

O sistema IGest é uma nova ferramenta desenvolvida pela Corregedoria Geral de Justiça, que se propõe a apresentar um referencial numérico do desempenho de cada Vara, condensando os seguintes indicadores: **Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho.**

De acordo com a nova ferramenta, a 6ª Vara do Trabalho de Campina Grande apresentam o seguinte desempenho em relação às demais Unidades de mesmo grupo:

TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jan/2014 a Dez/2016	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST
13a - PB -> Campina Grande - 05a Vara	1501 a 2000	3º	2º	3º	2º	1º	1º
13a - PB -> Campina Grande - 02a Vara	1501 a 2000	2º	4º	4º	3º	2º	2º
13a - PB -> Campina Grande - 06a Vara	1501 a 2000	1º	1º	6º	6º	6º	3º
13a - PB -> Campina Grande - 01a Vara	1501 a 2000	5º	3º	5º	5º	3º	4º
13a - PB -> Campina Grande - 04a Vara	1501 a 2000	4º	5º	1º	4º	5º	5º
13a - PB -> Campina Grande - 03a Vara	1501 a 2000	6º	6º	2º	1º	4º	6º



Em relação aos resultados, a Unidade praticou os seguintes índices (variável de 0 a 1\*):

TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jan/2014 a	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST	
							Resultado	Colocação
13a - PB -> Campina Grande - 05a Vara	1501 a 2000	0,2524	0,3825	0,4009	0,3502	0,4665	0,3705	1º
13a - PB -> Campina Grande - 02a Vara	1501 a 2000	0,2468	0,4681	0,4391	0,4868	0,4775	0,4236	2º
13a - PB -> Campina Grande - 06a Vara	1501 a 2000	0,0822	0,0651	0,8678	0,7736	0,5958	0,4769	3º
13a - PB -> Campina Grande - 01a Vara	1501 a 2000	0,5222	0,4321	0,4788	0,5210	0,5075	0,4923	4º
13a - PB -> Campina Grande - 04a Vara	1501 a 2000	0,4700	0,6977	0,3234	0,5047	0,5551	0,5102	5º
13a - PB -> Campina Grande - 03a Vara	1501 a 2000	0,6096	0,8676	0,3331	0,3294	0,5336	0,5347	6º

\* Quanto mais próximo de 0 (zero) o índice, melhor o desempenho da Unidade

## 11 RECOMENDAÇÕES

De conformidade com o caráter preventivo e pedagógico dos trabalhos correicionais, o Desembargador Corregedor recomenda:

### Aos Juízes:

#### 1 Recomendações gerais:

- continuem a observar o estabelecido no §1º-A do art. 1º e art. 2º da Resolução Administrativa TST nº 1470/2011, quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso, que, na atual versão do Pje, pode ser realizada mediante impulsionamento do feito ao fluxo “cumprimento de providências”;
- observem regramento ditado pelo art. 879 da CLT, de forma a ordenar, de ofício, a liquidação do julgado, nas situações de sentença ilíquida;
- intensifiquem a prática de uso dos sistemas on-line, impulsionando os feitos para o fluxo correspondente ao sistema utilizado (BACEN, RENAJUD, INFOJUD, SERASA, etc);
- continuem com a prática de realização de inspeção periódica em número razoável de processos em tramitação na Vara, conforme determina o artigo 33 do Provimento Consolidado do nosso Regional;



- e) adotem o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- f) continuem a observar o disciplinamento ditado pelo art. 86 da Consolidação dos Provimentos da CGJT no que se refere à declaração, por sentença, da extinção da execução;
- g) observem as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013, no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico **sentencas.dsst@mte.gov.br** do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico **insalubridade@tst.jus.br**, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- h) determinem o arquivamento provisório dos processos, cujos executados se encontram em recuperação judicial, a teor do que estabelece o art. 82 da Consolidação dos Provimentos da CGJT;
- i) acompanhar a gestão de pauta em razão do incremento de ações submetidas ao rito sumaríssimo, após a reforma trabalhista.

## **2 Recomendações específicas:**

- a) continuem a observar o teor da Recomendação TRT SCR nº 004/2017, de forma que, tão logo processada a requisição de precatório, seja declarada a extinção da execução com arquivamento provisório dos autos, até que haja a quitação do débito;
- b) procedam, no prazo de 24 horas, à publicação das sentenças dos processos convertidos em diligência para elaboração de cálculos (0000894-53.2017.5.13.0014, 0000864-18.2017.5.13.0014, 0000930-95.2017.5.13.0014, 0001458-53.2017.5.13.0007 e 0000872-92.2017.5.13.0014), **na forma ilíquida**, dado o atraso verificado no setor de cálculos e em observância ao art. 5º, LXXVIII da CF e art. 6º do CPC;
- c) observem disciplinamento ditado pelo art. 883-A da CLT, no que se refere ao prazo para inclusão da parte executada no BNDT, evitando o ocorrido no processo 0000434-66.2017.5.13.0014;



- d) adotem a prática de encaminhar ao arquivo provisório aqueles processos cujas execuções foram agrupadas, de forma a permanecer em tramitação apenas o processo principal, para melhor gestão processual;
- e) verifiquem possibilidade, quando da necessidade de assinatura de CTPS, de agendar data e hora para comparecimento das partes em Juízo para cumprimento da obrigação, abstendo-se de determinar o depósito de CTPS em Secretaria, como ocorrido no processo RTOrd 0000639-95.2017.5.13.0014;
- f) determinem o arquivamento provisório dos processos, cujos executados se encontram em recuperação judicial, conforme estabelece o art. 82 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, a exemplo do processo RTOrd 0000108-43.2016.5.13.0014.

#### **Ao Diretor de Secretaria**

##### **1 Recomendações gerais:**

- a) observe, com rigor, as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- b) continue a monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e SAOPJe, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;
- c) incentive a equipe a executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, de forma a evitar que os feitos permaneçam indevidamente paralisados;
- d) controle, diariamente, o recebimento de correspondências eletrônicas, seja por e-mail ou malote digital;
- e) oriente a equipe a impulsionar os feitos, tão logo lançada “decisão” para uso dos sistemas *on-line*, para o fluxo “aguardando cumprimento de providência”, com indicação posterior do sistema a ser utilizado, de forma a fazer constar, na movimentação processual, os sistemas de pesquisa efetivamente consultados;

**2 Recomendações específicas:**

Inconsistência	Recomendação
RTOrd 0000741-20.2017.5.13.0014 Proferido despacho em 16/01/2018, somente no dia 02/03/2018	Observar prazo assinalado no art. 228 do CPC para cumprimento das determinações
RTOrd 0000110-76.2017.5.13.0014 O trânsito em julgado ocorreu em 25/04/2017, mas só certificado em 31.05.2017	Certificar o trânsito em julgado das decisões tão logo escoado o prazo recursal sem manifestação das partes
RTOrd 0000640-53.2017.5.13.0023 Processo com certidão não finalizada (cadeado aberto) desde 11.12.2017	Providenciar a finalização do documento ou a exclusão, conforme o caso
RTOrd 0000596-61.2017.5.13.0014 Em despacho o juiz assinalou prazo de 10 dias, no entanto foi registrado na intimação o prazo de 5 dias RTOrd 0000079-90.2016.5.13.0014 A intimação fala em prazo de 05 dias e na aba expedientes consta prazo de 20 dias RTOrd 0000270-04.2017.5.13.0014 Todas as intimações indicam prazo 0 (zero)	Fiscalizar e controlar a indicação de prazos nos expedientes, observando, com rigor, o prazo legal ou aquele assinalado pelo Juiz
RTSum 0000434-66.2017.5.13.0014 No histórico de tarefas, consta que o processo foi movimentado para uso do Bacen nos dias 11/01/2018 e 25/01/2018 e Renajud no dia 21/02/2018, no entanto nenhuma minuta de pesquisa foi lançada no feito nas referidas datas. Inclusão prematura no BNDT	Lançar no feito todas as minutas de uso dos sistemas conveniados e respeitar prazo para inclusão no BNDT, art. 883-A da CLT
RTOrd 0000672-85.2017.5.13.0014 Valores pagos em ids. 8526eca e 0716740 não lançados na movimentação processual	Acompanhar e controlar o lançamento, mês a mês, de todos os valores pagos, seja decorrente de acordo, pagamento espontâneo, custas, contribuições previdenciárias ou emolumentos
RTOrd 0000229-37.2017.5.13.0014 Juiz assinala prazo de 10 dias e, quando da confecção de intimação, na aba expedientes, o servidor indicou 30 dias, além de geração de guias GPS e GRU, desnecessárias naquele momento processual	Orientar a equipe a se abster da prática de atos desnecessários – como é o caso das guias indicadas - e a dispensar mais atenção aos prazos a serem indicados nos expedientes
Foram identificados diversos processos, cujas execuções foram agrupadas no processo 0000041-44.2017.5.13.0014. Os feitos agrupados estão em caixas diversas RTOrd 0000048-36.2017.5.13.0014	Para fins de aprimoramento da gestão processual e melhor controle da Unidade, recomenda-se que, quando do agrupamento de execuções, os processos agrupados sejam remetidos ao arquivo provisório (e reunidos em subcaixa com o nome da



processo reunido a outro em caixa “análise de execução”	executada), permanecendo em tramitação apenas o processo principal
RTOrd 0130038-51.2015.5.13.0014 RTSum 0130310-45.2015.5.13.0014 CP expedidas sem acompanhamento	Observar disciplinamento ditado pelo art. 28, XIX, do Provimento Consolidado do nosso Regional
Foram identificadas nos agrupadores diversas petições já apreciadas	Diligenciar, rotineiramente, junto aos agrupadores para retirada de todas as petições já apreciadas
Foram identificadas diversas subcaixas criadas em “análise de Conhecimento” e “Análise de Execução”	Abster-se de tal prática, bem assim de manter processos ali paralisados, dada a natureza transitória dos referidos fluxos
Foram identificados processos paralisados em tarefas intermediárias (Imprimir atos de comunicação, intimações automáticas com pendência, preparar ato de comunicação, Publicar DJe, etc.)	Controlar e dar efetividade à prática dos atos processuais, de forma a manter sem processos essas caixas de tarefas intermediárias

### **Aos servidores da Vara:**

#### **1 Recomendações gerais:**

- a) realizem a triagem dos processos, verificando a conformidade dos dados e assuntos indicados pelo advogado no sistema PJe com aqueles constantes da petição inicial, retificando-os, se for o caso, nos termos do §§ 3º e 5º do art. 19 da Resolução CSJT nº 185/2017;
- b) procedam ao registro, na movimentação processual, de todos os pagamentos e arrecadações efetuados, seja do valor integral ou parcial do crédito exequendo, seja de parcelas de acordo, bem como de recolhimentos das custas processuais, das contribuições previdenciárias e imposto de renda.

#### **12 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Corregedoria Regional constatou a regularidade de funcionamento da Unidade, que ora se destaca pelo índice alcançado na Meta 2/2018 (**106%**), somado ao excelente resultado que já vem alcançando a Unidade em relação à Meta 1/2018 (**285%**), pelo que parabeniza a equipe e recomenda a manutenção do desempenho até o final deste exercício.



Com satisfação, destaca o excelente tempo médio de duração do processo da fase de conhecimento, especificamente, do ajuizamento da ação até a prolação da sentença de **39** dias, no período compreendido de maio a dezembro de 2017, bem abaixo da média do Regional de 99 dias.

Ressalta o Corregedor que a Unidade tem alcançado bom índice de conciliação (**28,57%**), não muito distante dos percentuais atingidos por outras unidades do Regional, que oscilam entre 30 e 35%. No entanto, exorta os magistrados e servidores a adotarem medidas mais efetivas no sentido de elevar o percentual de acordos, para assegurar, no final deste exercício, o cumprimento da Meta 3 do CNJ, que ora se encontra no patamar de **31%**.

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor ressalta que a otimização das rotinas procedimentais garantirá a celeridade processual, objetivo precípua desta Justiça Especializada.

### **13 VISITA CORRECIONAL**

O Desembargador Corregedor visitou a 6ª Vara do Trabalho de Campina Grande, oportunidade em que se reuniu com a Magistrada Titular, Juíza Substituta Fixa e servidores, orientando-os quanto às melhores práticas e dispondo-se a colher críticas e sugestões para a melhoria dos serviços.

### **14 AGRADECIMENTOS**

O Excelentíssimo Desembargador Corregedor agradece à Juíza Titular, Maria Lilian Leal de Souza, à Juíza Substituta fixa, Adriana Lemes Fernandes Maracajá Coutinho, ao Diretor de Secretaria, Antônio José da Paz Gomes da Silva e aos servidores: Givanilson Alves da Silva, Leonardo Vicente Alves, Luiz Carlos Moreira Oliveira Júnior, Marco Luís Brito Mioni, Napoleão Ramos de Brito Segundo, Paula Francinete França Magalhães, Rubens Augusto Barbosa Paiva, Sônia Elizabete de Melo e Tadeu Gomes Confessor pelo tratamento cordial dispensado à equipe de correição.





## 15 ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos, nesta data, e eu, Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Diretora de Secretaria da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.

A presente Ata será afixada no átrio desta Unidade Judiciária por igual prazo, publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

João Pessoa, 14 de março de 2018.

WOLNEY DE MACEDO  
CORDEIRO:103147770

Assinado de forma digital por WOLNEY DE MACEDO  
CORDEIRO:103147770  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Cert-JUS Institucional -  
A3, ou=Autoridade Certificadora da Justiça - ACJUS  
v4, ou=TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 13A  
REGIÃO-TRT13, ou=MAGISTRADO, cn=WOLNEY DE  
MACEDO CORDEIRO:103147770  
Dados: 2018.03.14 12:43:37 -03'00'

**WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO**  
**Desembargador Corregedor**